



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECLAMAÇÃO Nº 42037 - SP (2021/0215856-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)**  
**RECLAMANTE** : TOKYO ESTAMPARIA LTDA  
**ADVOGADOS** : APARECIDO PEREIRA E OUTRO(S) - SP118552  
ALAN RODRIGO MENDES CABRINI - SP240754  
GUSTAVO HEIJI DE PONTES UYEDA - SP243001  
**RECLAMADO** : JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DE MARÍLIA - SJ/SP  
**INTERES.** : FAZENDA NACIONAL

### **DECISÃO**

Cuida-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por TOKYO ESTAMPARIA LTDA., contra ato, segundo alega, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Alega que figura no polo passivo da Execução Fiscal n. 5001387-76.2019.403.6111, que tramita perante a 2ª Vara Federal da 11ª Subseção Judiciária em Marília/SP, movida pela Fazenda Nacional.

Assevera que o Juízo de primeiro grau não observou a decisão do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial 1.835.865, que determinou a suspensão dos feitos em que há ordens de penhora sobre o faturamento de empresas executadas, afetando o referido julgamento ao rito dos recursos repetitivos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal é garantia constitucional destinada à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões em caso de descumprimento ou de cumprimento em desacordo com os limites do julgado aqui proferido.

Contudo, o pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, uma vez que inexistente decisão desta Corte proferida no caso concreto e sendo descumprida.

A reclamação constitucional não é a via adequada para preservar a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em recurso repetitivo, mas sim a autoridade de suas decisões tomadas no próprio caso concreto (AgRg na Rcl 25.299/SP, Relator

Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe de 4/12/2015). Tal procedimento se destina a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual oriundo a reclamação (AgRg na Rcl n. 22.505/SP, Segunda Seção, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 15/4/2015).

Assim, inexistindo acórdão do Superior Tribunal de Justiça no caso concreto envolvendo as mesmas partes ora em litígio, não há falar em admissibilidade da reclamação em análise por ausência de pressuposto formal da ação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a reclamação.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente